



# Ritos de mediação poética

Por Julia Guimarães

No primeiro texto crítico que escrevi para o TePI, levantei a hipótese, em diálogo com as colocações de Ailton Krenak<sup>1</sup>, de que a aproximação entre as artes cênicas e a cultura dos povos indígenas poderia ser um ato significativo para descolonizar a secular e ocidentalíssima instituição-teatro. Já no texto que aqui se apresenta, proponho uma inversão do problema e lanço a seguinte pergunta: de que modo as artes cênicas (e as artes, de um modo geral) podem contribuir para desenvolver uma sensibilidade própria a questões relacionadas aos povos indígenas?

Ao refletir sobre o que seria o desenvolvimento dessa “sensibilidade própria”, penso em um espaço de mediação poética e de contundência ética que seja capaz de mobilizar o público a querer aprofundar o conhecimento sobre as cosmovisões indígenas e a refletir sobre sua responsabilidade diante dos principais problemas enfrentados por essas comunidades. Nesse sentido, tanto o espetáculo *Para que o céu não caia*<sup>2</sup>, da coreógrafa carioca Lia

---

<sup>1</sup> Na conversa “Atravessando mundos por meio da arte”, também disponível na plataforma digital do TePI.

<sup>2</sup> O vídeo do espetáculo será exibido na plataforma do TePI em 18/02/2022 (sexta-feira, às 21h) e 10/03/2022 (quinta-feira, às 21h).



Rodrigues, como o trabalho da educadora e artista amazonense Raquel Kubeo (que falou sobre sua atuação para o TePI Podcast) são exemplos desse trabalho sensível.

No primeiro caso, estamos diante de uma criação em dança que estabelece conexões entre o cotidiano da comunidade da Maré, bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde fica a sede do grupo Lia Rodrigues Companhia de Danças, e o manifesto xamânico do indígena e pensador yanomami Davi Kopenawa – o livro *A queda do céu*, concebido a partir de conversas com o antropólogo francês Bruce Albert.

Assim como muitas outras obras que dialogam com as cosmovisões indígenas, o trabalho se apresenta como um espaço ritual. Nus, os bailarinos da companhia constroem um delicado jogo de “outrar” – palavra usada por Lia Rodrigues para designar algo como “o esforço para habitar um corpo e uma condição que não lhe pertence. Tentar sair de si”<sup>3</sup>.

Em cena, os artistas transpõem e reconfiguram ritos narrados em *A queda do céu*, como soprar pó sobre o rosto e o retorcer do corpo no sono. Outras características intensificam a dimensão ritualística da criação. Uma delas é o espaço compartilhado entre bailarinos e espectadores. A todo momento, esse território é reconfigurado de modo a criar diferentes perspectivas para mirar e interagir com os corpos que dançam. Além disso, a sonoridade composta

---

<sup>3</sup> FROTA, Gonçalo. O ritual de Lia Rodrigues para manter o céu lá em cima. Público, Lisboa, 13 dez. 2017. Disponível em: [www.publico.pt/2017/12/13/culturaipsilon/noticia/o-ritual-de-lia-rodrigues-para-manter-o-ceu-l-a-em-cima-1795753](http://www.publico.pt/2017/12/13/culturaipsilon/noticia/o-ritual-de-lia-rodrigues-para-manter-o-ceu-l-a-em-cima-1795753). Acesso em: 5 fev. 2022.



apenas de respirações, grunhidos e barulhos produzidos pelo bater do pé dos bailarinos produz uma esfera imersiva, sensorial e pulsante ao trabalho.

O viés sensorial está presente ainda na escolha dos elementos que são soprados pelos artistas e transformados em uma espécie de segunda pele sobre seus corpos, o que pode ser visto como tradução poética para o ato de “outrar”. Em diversos momentos, os bailarinos-performers cobrem seu corpo com pó de café e cúrcuma, liberando odores que somente um encontro presencial seria capaz de reproduzir. De fato, Para que o céu não caia é uma criação que perde parte significativa de sua potência quando transposta para a linguagem do vídeo. Além da perda da dimensão olfativa, é necessário imaginar como seria, na presença, algumas das cenas mais emblemáticas do espetáculo: aquelas em que os criadores se colocam diante do público e escolhem alguns espectadores para um encontro olho a olho, uma mirada de cumplicidade que parece funcionar como um chamado, ao mesmo tempo íntimo e coletivo, para que a plateia também se engaje na missão sugerida pelo título da obra de Lia Rodrigues.

No livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert, o céu em queda surge como metáfora para a própria atitude de violência e depredação que os não indígenas insistem em perpetrar, não apenas com os yanomamis ou com a floresta amazônica, onde esses povos habitam, mas, no limite, com todo o planeta. Desse ponto de vista, a queda do céu deixa de ser um perigo relacionado apenas à cosmogonia yanomami para tornar-se um alerta urgente em um momento no qual a iminência do fim do mundo, pelo menos tal como o entendemos, torna-se realidade cada vez mais concreta.



Assim, é por intermédio de uma mediação poética vibrátil que o espetáculo da Lia Rodrigues Companhia de Danças logra alcançar os afetos e poros do público, estabelecendo uma comunidade efêmera em torno de um rito que remete simultaneamente aos povos da floresta e da periferia carioca. Essa aliança se reflete em uma dança ao mesmo tempo enraizada e cheia de tropeços, que dá espaço e tempo de sobra para o espectador contemplar o silêncio, a ação lenta dos corpos dos performers ou, ainda, os momentos de catarse e pulsação coletiva que emanam da coreografia. O silêncio e a temporalidade dilatada, somados a um estado de presença cúmplice com o público, são talvez os elementos que melhor produzem esse estado de mediação poética sobre mundos indígenas, sobretudo porque permitem a construção de um espaço-tempo favorável a uma abertura reflexiva e sensível por parte do espectador.

### **Travessias entre mundos**

É também o interesse em tecer pontes entre universos distintos que permeia a trajetória da artista e educadora indígena Raquel Kubeo, que conversou com Naine Terena e Flávio Fêo, ambos pesquisadores e professores, para o TePI Podcast, em parceria com o projeto “Paraskeué: podcast para a vida!”. Nascida em Manaus e pertencente aos povos Kubeo (etnia que habita a região do Rio Uaupés), Raquel atualmente reside em Porto Alegre, onde concluiu mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre educação inclusiva, tecendo conexões entre acessibilidade, tecnologia e literatura indígena. Ao relacionar suas atividades a um gesto de uma mediação poética



que funcione como convite para a aproximação entre mundos indígenas e não indígenas, a educadora transformou parte da pesquisa baseada nos mitos do povo Kubeo em um livro infantil com recursos de acessibilidade, junto ao grupo de pesquisa Multi, do qual faz parte. Além disso, realiza performances, cursos de formação étnico-racial na universidade, além de atuar em residências artísticas e prestar consultorias nas áreas da cultura e da educação. Ao refletir sobre as alianças tecidas entre indígenas e não indígenas, uma das falas mais contundentes de Raquel para o podcast diz respeito aos perigos de convites feitos a esse grupo que se apoiam apenas numa atitude “paternalista” no que se refere à inclusão de pessoas indígenas nesse processo. As parcerias mais relevantes, segundo a educadora, são aquelas que fogem da proposta de colocar os indígenas como “coadjuvantes ou incrementadores de projeto”, e sim os que almejam, de fato, “fazer trocas de experiências, de encontro com culturas”.

Seja ao dançar para segurar o céu, seja ao ampliar a acessibilidade a histórias e culturas de comunidades indígenas, os trabalhos aqui comentados podem ser vistos como rituais de mediação político-poética para despertar, entre seus interlocutores, uma aproximação sensível aos universos dos povos da floresta.

